

- c) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- d) Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade de saúde da área de residência;
- e) Certificado do registo criminal;
- f) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos.

8.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas c) a f) do ponto anterior pode ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

8.5 — A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos referidos na alínea a) do ponto 8.2 do presente aviso, implica a não admissão ao mesmo.

8.6 — Os exemplares do *curriculum vitae* a que se alude na alínea b) do ponto 8.3 do presente aviso, podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

8.7 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.8 — O júri pode exigir aos candidatos, por ofício registado com aviso de recepção, a apresentação de documentos comprovativos de factos ou elementos referidos no seu currículo que possam relevar para a apreciação do seu mérito, sob pena de os mesmos não serem considerados.

9 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Joaquim da Silva Moura, Chefe de Serviços de Clínica Geral e Medicina Familiar, do ACES Oeste II — Oeste Sul;

1.º Vogal efectivo: Maria Manuela Teixeira Pinto, Assistente Graduada, do ACES Oeste II — Oeste Sul, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo: Eduardo de Almeida Mendes, assistente graduado, do ACES Oeste II — Oeste Sul;

1.º Vogal suplente: Maria Clara Lopes Garcia, Médica de Saúde Pública, do ACES Oeste II — Oeste Sul;

2.º Vogal suplente: José António Alvarez, assistente graduado, do ACES Oeste II — Oeste Sul.

10 — Métodos de Selecção

10.1 — Métodos de selecção — o método de selecção aplicável é a avaliação curricular, nos termos da alínea a) do n.º 62 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, em conjugação com o artigo 21.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, diploma que aprova o Orçamento de Estado para 2010.

10.2 — Avaliação Curricular — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados os seguintes factores:

a) Exercício de funções no âmbito da Medicina Geral e Familiar, tendo em conta a competência técnico-profissional, tempo de exercício das mesmas, participação em programas de intervenção em saúde e actuação no serviço de urgência ou de atendimento permanente;

b) Actividades de formação nos internatos médicos e outras acções de formação e educação médica frequentadas e ministradas relacionadas com a Medicina Geral e Familiar;

c) Classificação obtida na avaliação final do internato médico de Medicina Geral e Familiar;

d) Trabalhos publicados ou comunicados com interesse clínico e científico para a Medicina Geral e Familiar, tendo em conta o seu valor relativo, com destaque para os que reflectam a qualidade, produtividade e eficácia dos cuidados de saúde prestados;

e) Actividades docentes ou de investigação clínica relacionadas com a Medicina Geral e Familiar;

f) Outros factores de valorização profissional, nomeadamente títulos e sociedades científicas.

10.3 — Resultados da avaliação curricular — Os resultados da avaliação curricular são classificados na escala de 0 a 20 valores, com a seguinte distribuição pelos factores estabelecidos nas alíneas do n.º 64 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro:

Alínea a) — 0 a 12 valores;

Alínea b) — 0 a 3 valores;

Alínea c) — 0 a 2 valores;

Alínea d) — 0 a 2 valores;

Alínea e) — 0 a 0,5 valores;

Alínea f) — 0 a 0,5 valores.

10.4 — Critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula

classificativa, constam de acta de reunião do Júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11 — Publicação das listas

11.1 — As listas, de candidatos e de classificação final, serão afixadas nas instalações da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sitas na Avenida Estados Unidos da América n.º 75, 1749-096 Lisboa;

11.2 — A lista de candidatos admitidos e excluídos será enviada a todos os candidatos através de ofício registado com aviso de recepção, nos termos do n.º 60.2 da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro.

11.3 — A lista de classificação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, nos termos do n.º 71 da mesma Portaria.

12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do n.º 7, por remissão do n.º 50, ambos da Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro, a abertura do concurso é tornada pública mediante aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, e através de dois órgãos de comunicação social escrita de expansão nacional, sendo, ainda, publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página electrónica deste Instituto (www.arslvt.min-saude.pt).

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

203552022

Aviso n.º 15663/2010

Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho destinado a técnico de diagnóstico e terapêutica, no âmbito regional do mapa de pessoal da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de técnico de 2.ª classe de Saúde Ambiental, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere. 1 — Conteúdo funcional dos postos de trabalho a ocupar e perfil de competências

1.1 — Conteúdo funcional dos postos de trabalho a ocupar: Relativo à área de Saúde Ambiental, conforme identificado no n.º 1 da alínea r) do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

1.2 — Perfil de competências: Experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de cuidados de saúde primários, no mínimo de 3 anos, no desenvolvimento das seguintes actividades:

Planeamento em Saúde: Planificação de Programas e sua monitorização, bem como planeamento no âmbito da Gestão e promoção da Saúde inerente às actividades inseridas no plano da USP.

Protecção da Saúde — Programas de Saúde Ambiental:

a) Vigilância Sanitária de Água destinada ao Consumo Humano, Recreativa, de Recuperação, Balnear e de Nascente; Desenvolver e aplicar um conjunto de acções necessárias à intervenção nas vertentes tecnológica e analítica com o objectivo de diminuir a morbilidade por via hídrica; Execução de colheitas de águas para a realização de exame microbiológico e físico-químico; Manter actualizado o levantamento técnico dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano; das instalações e das condições de funcionamento das piscinas; das zonas balneares e envolventes e das águas de nascente, ao nível da área geográfica do ACES; Participar na execução e aplicação de metodologias de actuação rápida em caso de incumprimento dos valores paramétricos e que possa comportar risco para a saúde humana; Aprofundar a interligação com as Entidades Gestoras no decurso das actividades de exploração, propondo e desenvolvendo acções de sensibilização para os utilizadores dos espaços de utilização colectiva; Participar na formação e investigação em projectos específicos relacionados com água e saúde.

b) Vigilância Sanitária de Estabelecimentos: Desenvolver e aplicar um conjunto de acções necessárias que garantam:

A ausência de toxinfecções alimentares; A ausência de acidentes; A melhoria das condições de higiene e saúde dos estabelecimentos de apoio social; A redução dos riscos de contaminação através dos resíduos hospitalares perigosos; Apreciação de projectos e atribuição de pareceres sanitários; Realização de vistorias na fase de licenciamento e durante o funcionamento, integradas em programas prévios e criados para o efeito, de forma a monitorizar estes estabelecimentos e proceder à sua vigilância sanitária ao nível da área geográfica do ACES; Proporcionar aconselhamento sistemático aos proprietários destes estabelecimentos; Gerir e manter actualizado o ficheiro dos estabelecimentos atrás referidos; Implementar e executar estratégias de avaliação e gestão de risco; Criar programas alargados com outros parceiros sociais que visem a integração e agrupamento de vários estabelecimentos, com os mesmos objectivos, desenvolvendo acções de sensibilização/formação no âmbito da aplicação dos códigos de boas práticas;

c) Vigilância sanitária de Resíduos: Desenvolver e aplicar o conjunto de acções necessárias, no âmbito da contaminação biológica, física e química, com vista à redução dos riscos para a saúde e ambiente; Participar no processo/operação de gestão de RH produzidos nos Centros de Saúde através da elaboração e implementação do Plano de Gestão de Resíduos Hospitalares; Implementação de mecanismos de controlo do processo e de avaliação; Colaborar e ou integrar a CCI; Promover ou participar em programas de formação/sensibilização junto dos profissionais de saúde; Monitorizar o funcionamento da gestão de RH produzidos em estabelecimentos de saúde privados, através da implementação de programas específicos de vigilância sanitária ao nível da área geográfica do ACES; Desenvolver e aplicar o conjunto de acções necessárias com vista à redução dos riscos para a saúde que advém de uma má gestão dos resíduos; Monitorizar o funcionamento da gestão de resíduos através da implementação de programas específicos de vigilância sanitária ao nível da área geográfica do ACES;

Promoção da Saúde — Programa de Saúde Escolar

a) Vigilância Sanitária: Gerir os programas de intervenção com as diversas equipas no terreno e estabelecer prioridades em conjunto com a Autoridade de saúde que detém a gestão da Saúde escolar; Desenvolver e aplicar um conjunto de acções necessárias com vista à redução dos riscos para a saúde e segurança que advém da existência de más condições de higiene e segurança relacionadas com o edifício, sua utilização e envolvente; Avaliar as condições de Segurança, Higiene e Saúde dos Estabelecimentos de Educação e Ensino implementando estratégias e planos de intervenção no sentido de colmatar deficiências encontradas na avaliação; Promover programas de promoção da saúde e segurança de modo a prevenir os acidentes com crianças;

Promoção da Saúde — Programa de Saúde Ocupacional

a) Saúde Ocupacional Externa: Desenvolver e aplicar um conjunto de acções necessárias com vista a diminuir os riscos para a saúde que advém da existência de más condições de higiene e segurança nos locais de trabalho; Implementar estratégias e planos de intervenção no sentido de colmatar deficiências encontradas nas avaliações; Acompanhamento da monitorização das condições de trabalho e implementação de medidas correctivas; Promover e implementar programas de promoção da saúde e segurança, prevenindo acidentes;

b) Saúde Ocupacional Interna: Dar cumprimento à legislação em vigor em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho; Proceder à avaliação das condições de Segurança, Higiene e Saúde existentes nas Extensões de Saúde dos ACES e por locais de trabalho, propondo medidas correctoras sempre que se verifique necessário, avaliando posteriormente a sua implementação; Implementar estratégias e planos de intervenção de modo a garantir um grau de satisfação elevado dos profissionais de saúde; Promover e implementar programas de promoção da saúde, higiene e segurança, para todos os profissionais prevenindo acidentes e doenças profissionais;

Programa de Formação: Integrar o gabinete de Formação do ACES, garantindo que os interesses para a saúde pública e ambiental sejam salvaguardados de forma sistemática, com a inclusão das formações necessárias aos vários níveis de intervenção;

Integrar a vertente epidemiológica da saúde ambiental; Integrar a comunicação em saúde; Integrar formação profissional pré e pós graduada;

2 — Índice remuneratório e condições de trabalho

A remuneração é a correspondente ao escalão e índice, da categoria de Técnico de 2.ª Classe, das tabelas constantes do anexo I ao Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais, genericamente, as vigentes para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público titulada por contrato de trabalho em funções públicas.

3 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere.

4 — Legislação aplicável
O presente concurso é regulado pelo Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro e Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, e ainda pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro e do Código do Procedimento Administrativo.

5 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável.

6 — Requisitos de admissão

6.1 — São requisitos gerais e especiais de admissão a concurso, definidos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Possuir as habilitações literárias e profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo;

c) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

d) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

e) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

f) Ser detentor de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

6.2 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

7 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento do posto de trabalho colocado a concurso (1), e para o que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS LVT, I. P., no prazo de um ano, contado a partir da data da publicação da lista de classificação final.

8 — Formalização das candidaturas

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações do Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere, sitas na Rua do Bairro Novo, n.º 8, 2250-024 Constância, no período compreendido entre as 9:00 horas e as 13:00 horas ou as 14:00 horas e as 17:00 horas, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de recepção.

8.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, filiação, nacionalidade, nacionalidade, número e data de emissão do bilhete de identidade, bem como a data de validade do mesmo, e serviço de identificação que o emitiu, estado civil, residência, código postal e telefone);

b) Habilitações literárias;

c) Categoria, serviço e local onde desempenha funções;

d) Identificação do concurso, com indicação do número do aviso, a categoria a que concorre, bem como do número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso;

e) Endereço para onde deverá ser enviada documentação relativa ao concurso.

8.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Declaração actual, passada pelo serviço a que se encontra vinculado o candidato, da qual constem de forma pormenorizada e inequívoca, a existência e a natureza da relação jurídica de emprego público detida, e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

b) *Curriculum Vitae* (quatro exemplares) detalhado e assinado, do qual constem as habilitações académicas, as habilitações e qualificações profissionais (acções de formação e outras), a experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, bem como quaisquer outros elementos que os interessados consideram relevantes para a apreciação do seu mérito;

c) Certificado comprovativo das habilitações literárias e profissionais;

d) Certificados comprovativos das acções de formação frequentadas;

e) Documento comprovativo da titularidade dos requisitos gerais indicado no ponto n.º 6.1 deste aviso, ou, no caso das alíneas c), d) e e), declaração, sob compromisso de honra, no próprio requerimento, em como possuem aqueles requisitos;

f) Fotocópia do bilhete de identidade;

g) Outros documentos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

8.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, o júri pode, ainda, exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito.

9 — Composição e identificação do Júri

O júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente — Manuel Vaz Duarte, Técnico Especialista Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere;

1.º Vogal efectivo — Elsa Manuela Alexandre Nobre Duarte Curado, Técnico Principal de Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere;

2.º Vogal efectivo — Patrícia Margarida Tavares Andrade Santa Cruz, Técnico Principal Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere;

1.º Vogal suplente — Carla Alexandra Lopes Simões, Técnico 1.ª Classe Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere;

2.º Vogal suplente — Paulo Fernando Lopes Bastos, Técnico 1.ª Classe Saúde Ambiental, Agrupamento dos Centros de Saúde do Médio Tejo II — Zêzere.

10 — Métodos de Selecção

10.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular complementada com entrevista profissional de selecção, de acordo com o disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e no artigo 2.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, em conjugação com o artigo 21.º da Lei n.º 3-A/2010, de 29 de Abril, diploma que aprova o Orçamento de Estado para 2010.

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10.2 — Nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, o método de selecção a utilizar será o de avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, sendo os candidatos ordenados de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = (3AC + E)/4$$

sendo:

CF = classificação final;

AC = avaliação curricular;

E = entrevista.

10.3 — Consideram-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

10.4 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular bem como da entrevista profissional de selecção, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10.5 — A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final, serão publicitadas nos termos dos artigos 51.º, 52.º e 60.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

11 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando

escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extracto, em jornal de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e no portal da internet desta Administração Regional de Saúde, (www.arslvt.min-saude.pt).

Lisboa, 23 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

203553181

Aviso n.º 15664/2010

Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 6 postos de trabalho destinados a enfermeiros, no âmbito regional do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Despacho da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicitação no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 6 postos de trabalho para a categoria de enfermeiro da carreira de enfermagem, na modalidade relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde da Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira.

1 — Descrição sumária das funções inerentes aos postos de trabalho a ocupar e perfil de competências:

1.1 — Correspondentes, genericamente, às funções da categoria de enfermeiro, constantes nos documentos legais que regulamentam a carreira de Enfermagem.

1.2 — Perfil de competências: experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de Cuidados de Saúde Primários, no mínimo de 1 ano, que tenham permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com:

a) Integração em equipas multidisciplinares nas Unidades Funcionais;

b) Promoção da saúde, prevenção da doença, tratamento, reabilitação e reinserção social;

c) Organização, coordenação, execução, supervisão e avaliação das intervenções de enfermagem nos três níveis de prevenção;

d) Participação na coordenação e dinamização das actividades inerentes à situação de saúde ou doença do utente, seguido em ambulatório ou em contexto domiciliário;

e) Participação na elaboração e concretização de protocolos referentes a Normas e Critérios para a administração de tratamentos e medicamentos;

f) Realização de educação para a saúde dirigida ao indivíduo, família, grupos e comunidade.

2 — Índice remuneratório — de acordo com o cabimento orçamental autorizado, o vencimento é de € 1.020,06 (mil e vinte euros e seis centimos), que corresponde, actualmente, à remuneração prevista para ingresso na categoria de enfermeiro.

3 — Local de trabalho — as funções serão exercidas nas instalações do ACES Grande Lisboa XII — Vila Franca de Xira.

4 — Condições de trabalho — as condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas.

5 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, pelos artigos 18.º a 57.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 411/99, de 15 de Outubro, este último rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 23-B/99, de 31 de Dezembro, pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro,